

Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 79

SEGUNDA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	5469
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	5478
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	5481
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	5522
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	5537
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	5540

Supremo Tribunal Federal

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

ADIN nº 710-6- RR

Reqte: Assembléia Legislativa do Estado de Roraima
(Advts: Pedro Maurino Calmon Mendes e outros) Reqdos: Presidente da República e Ministro de Estado da Justiça.

DESPACHO:

1. Declaro-me habilitado a proceder ao relato deste processo e a proferir voto.
2. Ao Gabinete, para as providências cabíveis.
3. Publique-se.

Brasília, 16.04.92

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 718-1 MARANHÃO (Medida Liminar)

Reqte.: Procurador-Geral da República - Reqdos.: Governador do Estado do Maranhão e Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão.

DESPACHO - O Procurador-Geral da República, atendendo solicitação que lhe foi dirigida por Deputado Federal eleito pelo Estado do Maranhão, ajuíza ação direta de inconstitucionalidade impugnando a Lei Complementar estadual n. 15/92, que dispõe sobre a criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, bem assim as quarenta e quatro leis estaduais que, editadas com base na Lei Complementar referida, autorizam a realização de plebiscito para criação de novos Municípios no Estado do Maranhão.

Há pedido de medida liminar, para que se suspendam os efeitos das Leis ordinárias estaduais impugnadas, de forma a impedir as consultas plebiscitárias nelas autorizadas, cuja realização foi designada para o próximo dia 19 de abril, domingo.

O argumento de inconstitucionalidade formulado na presente ação direta reproduz a impugnação deduzida nos autos da ADIn 652-MA, de que fui Relator, ajuizada igualmente pelo ilustre Procurador-Geral da República, tendo por objeto a Lei Complementar n. 10/91, do Estado do Maranhão, que disciplinava, até ser revogada pela Lei Complementar 15/92 - ora impugnada - a criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios naquela unidade da Federação.

Assim é que o Autor, invocando a representação que lhe foi oferecida, argumenta que "a Lei Complementar nº 15, de 1992, ressoante-se dos mesmos vícios de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 10, de 08.07.91, esta impugnada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 652-5, no que se refere aos defeitos e omissões, deficiências estas que terminam por preterir o requisito substancial concernente à preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano, exigido no art. 18, § 4º, da Constituição Federal".

Ressalva, contudo, que a Lei Complementar n. 15/92, ao expungir da legislação anterior a norma ofensiva ao princípio da reserva de Plenário (LC 10/91, art. 1º, § 4º), passou a exigir ato legislativo para a realização, pela Justiça Eleitoral, da consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas (art. 6º).

Esta Corte, ao suspender a eficácia da norma consubstanciada no art. 1º, § 4º, da Lei Complementar n. 10/91 - objeto da ADIn 652-MA, de que fui Relator-, deixou consignado que, *verbis*:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ESTADO DO MARANHÃO - LEI COMPLEMENTAR N. 10/91 - DISCIPLINA DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS - ALEGADA OFENSA AO ART. 18, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO - MEDIDA LIMINAR DEFERIDA EM PARTE.

- A consulta plebiscitária, no processo de institucionalização dos Municípios, deve preceder - enquanto instrumento de participação popular na formação das decisões estatais - o pronunciamento do Plenário da Assembléia Legislativa, consoante impõe o art. 18, § 4º, da Constituição Federal.

- O procedimento instituído por lei complementar estadual, que confere poder decisório a Comissão da Assembléia Legislativa, para o efeito de criação de municípios, subverte os postulados disciplinadores do processo de formação das leis, pela transgressão do princípio geral da reserva de Plenário, que comete a este órgão colegiado a competência exclusiva para, enquanto instância legislativa suprema, discutir, apreciar e votar os projetos de lei.

- O princípio da reserva de Plenário, que sempre se presume, só pode ser derogado, em caráter de absoluta excepcionalidade, nas situações previstas pelo texto constitucional. O novo direito constitucional positivo admite, é certo, a possibilidade de se afastar a incidência desse princípio sempre que, na forma do regimento - e não de qualquer outro ato normativo -, se outorgar às comissões das Casas Legislativas, em razão da matéria de sua competência, a prerrogativa de discutir, votar e decidir as proposições legislativas (CF, art. 58, § 2º, I)."

Fosse esse o único aspecto versado na presente ação direta, e poder-se-ia ter como superada a discussão em torno da pretensão cautelar ora deduzida.

Ocorre, no entanto, que a Lei Complementar n. 15/92, que vem de ser impugnada nesta sede, veicula inovação juridicamente relevante, consistente na **supressão** de

dispositivo - presente na Lei Complementar n. 10/91 (art. 1º, § 2º) - que vedava a criação de Municípios, bem assim suas alterações territoriais, no ano em que se realizassem eleições municipais.

Adotando os termos da representação que lhe foi dirigida, argumenta o Autor que

"a ausência dessa vedação na lei complementar impugnada tem o deliberado propósito de precipitar e tumultuar o processo eleitoral, tanto assim que a Emenda Constitucional nº 8/92, de 26.03.92, revogou o art. 145 da Constituição do Estado do Maranhão, que não admitia, 'nos seis meses anteriores à eleição no Município, qualquer alteração dos seus limites territoriais'; além disso, a autorização para a realização de plebiscito nos quarenta e cinco municípios indica claramente que, não mais subsistente a vedação, está em pleno curso a sua criação em ano eleitoral, afrontando o art. 16 da Constituição da República, por força do qual 'a lei que altera o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação'."

A questão referente à possibilidade de criação de municípios no mesmo ano das eleições municipais não é nova nesta Corte, tendo sido objeto de apreciação, em sede cautelar, nos autos da ADIn 704-PR, Relator o Ministro ILMAR GALVÃO.

Ao deferir a suspensão liminar do art. 1º da Lei Complementar n. 62/92, do Estado do Paraná, que prorrogava para 1º de maio de 1992 o prazo para a criação de municípios, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ainda que por maioria de votos, acentuou a conveniência da medida, em face das prováveis repercussões no processo eleitoral.

Demais disso, é imperioso observar que a criação de novas pessoas municipais - a partir do desmembramento dos municípios que constituem as unidades matriciais - implica, ante as graves consequências que daí derivam, o comprometimento inegável de sua organização político-administrativa e de sua integridade jurídico-territorial.

Sem prejuízo de análise ulterior e mais aprofundada - a ocorrer em momento procedimentalmente adequado -, tenho como irrecusável, nesta sede de mero juízo de delibação, a plausibilidade jurídica do pedido formulado pelo ilustre Procurador-Geral da República.

No que concerne ao periculum in mora, tenho-o, igualmente, como concretizado em face da iminente realização das consultas plebiscitárias designadas, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão, para o próximo dia 19 de abril, domingo.

O Supremo Tribunal Federal tem proclamado que a iminência da realização de plebiscito caracteriza, objetivamente, o periculum in mora, para efeito de concessão de medida cautelar em processo de controle normativo abstrato.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSE EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial			Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 70.800,00	Cr\$ 18.000,00	Cr\$ 64.300,00	Cr\$ 71.800,00	Cr\$ 113.600,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 32.208,00	Cr\$ 15.972,00	Cr\$ 28.380,00	Cr\$ 32.208,00	Cr\$ 58.344,00
Aéreo	Cr\$ 89.430,00	Cr\$ 44.220,00	Cr\$ 89.430,00	Cr\$ 89.430,00	Cr\$ 162.030,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DIVOM
Telefone: (061) 226-6812
Horário: 7:30 às 19:00 horas

Esse entendimento sempre prevaleceu nesta Corte, quer sob a ordem constitucional vigente (ADIn 222-RJ, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO; ADIn 475-AL, Rel. Min. MOREIRA ALVES; ADIn 652-MA, Rel. Min. CELSO DE MELLO), quer sob o regime da Carta Política anterior (RTJ 127/809), pelas razões tão bem sintetizadas pelo em. Min. SYDNEY SANCHES no voto que proferiu, como Relator, na Rp. n. 1466-RS (RTJ 127/810), verbis:

"E a proximidade da data marcada para o plebiscito (...) evidencia que a demora no julgamento traz riscos de despesas inúteis pela Justiça Eleitoral e de quebra da ordem pública pela frustração da vontade popular, se vier a ser manifestada e, depois, contrariada."

Isto posto, concedo, ad referendum do Plenário do Supremo Tribunal Federal (RISTF, art. 21, V), a liminar requerida, em ordem a suspender a eficácia e a execução das Leis nºs 5.350, 5.351, 5.352, 5.353, 5.354, 5.355, 5.356, 5.357, 5.358, 5.359, 5.360, 5.361, 5.362, 5.363, 5.364, 5.365, 5.366, 5.367, 5.368, 5.369, 5.370, 5.371, 5.372, 5.373, 5.374 e 5.375, todas de 25 de fevereiro de 1992, bem assim das Leis nºs 5.376, 5.377, 5.378, 5.379, 5.380, 5.381, 5.382, 5.383, 5.384, 5.385, 5.386, 5.387, 5.388, 5.389, 5.390, 5.391, 5.392 e 5.393, estas de 26 de fevereiro de 1992, que autorizam a realização das consultas plebiscitárias já designadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão para o próximo dia 19 de abril.

Comunique-se, com urgência, mediante telex, ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente daquela Egrégia Corte Eleitoral.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1992.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator

Ação Originária nº 154 - 4 - DF (Art. 102, I, "n", CF) (Mandado de Segurança) (MEDIDA LIMINAR)

Impete.: Irajá Pimentel (Adv.: José Muniz de Resende).
Impdo.: Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

DESPACHO: - 1. Apesar do fato novo, noticiado na petição a fls. 88/89, persiste a não-ocorrência, no caso, de le são irreparável ao direito alegado pelo impetrante, porquanto, se afinal deferida a segurança, desconstituir-se-ão, em favor dele, a indicação e a posse do Desembargador eleito na Sessão Plenária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, realizada a 7 de abril próximo passado.

2. Pelo exposto, indefiro o novo pedido de concessão de liminar.

Brasília, 20 de abril de 1992.

Ministro MOREIRA ALVES
Relator

Extr. 555-3 - República Federal da Alemanha
Requerente: Governo da Alemanha. Extraditando: Stefan Uwe Telschaft.

Despacho:

1. Conforme decisão de folha 162, determinei fosse expedido ofício à Polícia Federal visando à prisão do cidadão alemão Stefan Uwe Telschaft para efeito de extradição. O telex de folha 171 contém a notícia do cumprimento da ordem de prisão, estando o Extraditando sob custódia na Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro.

2. Na forma do artigo 211 do Regimento Interno desta Corte, delegeo o interrogatório do Extraditando à Justiça Federal do Rio de Janeiro, para onde deverão ser remetidos os autos. Observe-se, após o interrogatório, o que disposto no artigo 210 do referido Regimento quanto à apresentação de defesa escrita.

3. Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1992.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

MANDADO DE INJUNÇÃO

Nº 0000671/400

Origem : DISTRITO FEDERAL
Relator : MINISTRO MOREIRA ALVES

Reqtes.: Abrahão Buchatsky e outros (Adv.: Eury Pereira Luna Filho). Reqdo.: Presidente da República. Litisconsortes ativos: Alberto da Silva Raposo e outros (Adv.: Eury Pereira Luna Filho).

DESPACHO: - 1. Trata-se de mandado de injunção em que se pretende, alegando-se falta de regulamentação do princípio da isonomia, a equiparação dos vencimentos dos impetrantes com os pagos pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário a seus funcionários do mesmo nível.

PROCESSO : AI - 046403 / 92 - 5 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
AGRAVANTE : GOLD SYSTEM RESERV - COMERCIO METAIS LTDA
ADVOGADO : Dr(a). AECIO DAL BOSCO ACAUAN
AGRAVADO : MARIA CRISTINA DA CRUZ
ADVOGADO : Dr(a). CARLOS PRUDENTE CORREA

PROCESSO : AI - 046409 / 92 - 9 . TRT DA 18a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
AGRAVANTE : EMPRESA ESTADUAL DE CIENCIA, TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO ECONOMICO-SOCIAL - EMCIDEC
ADVOGADO : Dr(a). SEBASTIAO ANTONIO B XAVIER
AGRAVADO : CARLOS AUGUSTO CAMARGO
ADVOGADO : Dr(a). SILVIO TEIXEIRA

PROCESSO : AI - 046415 / 92 - 3 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
AGRAVANTE : HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
ADVOGADO : Dr(a). GILDA PARREIRA
AGRAVADO : OSCAR BARROS DA SILVA
ADVOGADO : Dr(a). AGENOR BARRETO PARENTE

PROCESSO : AI - 046421 / 92 - 7 . TRT DA 1a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
AGRAVANTE : DOLORES ALBINO DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADO : Dr(a). MARIA INES C DE ARAUJO
AGRAVADO : COLEGIO PEDRO II
ADVOGADO : Dr(a). JONIZETE AMORIM VASCONCELOS

PROCESSO : AI - 046427 / 92 - 1 . TRT DA 4a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
AGRAVANTE : EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS TELLES LTDA
ADVOGADO : Dr(a). JUDITE M. SOBELMANN
AGRAVADO : ANTONIO MORAIS BRIZOLA E OUTROS
ADVOGADO : Dr(a). CLAUDIO ANTONIO CASSOU BARBOSA

PROCESSO : AI - 046902 / 92 - 4 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
AGRAVANTE : CONSTRUTORA LASSANCE LTDA
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO BRAZ NEVES
AGRAVADO : ARLINDO JOSE DE SOUZA

PROCESSO : RR - 046180 / 92 - 6 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : BANCO ITAMARATI S/A
ADVOGADO : Dr(a). MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS
RECORRIDO : JOAO CARLOS GUIDOTTI
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR - 046461 / 92 - 2 . TRT DA 12a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : CENTRAIS ELETRICAS DO SUL DO BRASIL S/A - ELETROSUL
ADVOGADO : Dr(a). JOSE VOLNEI INACIO
RECORRIDO : ACACIO DE SOUZA PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO : Dr(a). SUSAN MARA ZILLI

PROCESSO : RR - 046479 / 92 - 4 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : SOPRESTO - SOCIEDADE CIVIL DE PRESTACAO DE SERVICOS
QUITO LTDA
ADVOGADO : Dr(a). JOSUE HENRIQUE CASTRO
RECORRIDO : CLAUDIO FERREIRA MELO
ADVOGADO : Dr(a). ALMIR CARACATO

PROCESSO : RR - 046495 / 92 - 1 . TRT DA 17a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : JALYRA SIMOES - ME
ADVOGADO : Dr(a). CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROCHA
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE NO ESTADO
DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO : Dr(a). JOSE HENRIQUE DAL PIAZ

PROCESSO : RR - 046524 / 92 - 7 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S/A
ADVOGADO : Dr(a). NEUSA MARIA LIMA P DE GODOY
RECORRIDO : HELIO TADASHI CHIBA
ADVOGADO : Dr(a). ADILSON MAGOSSO

PROCESSO : RR - 046540 / 92 - 4 . TRT DA 6a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : CIA ACUCAREIRA SANTO ANDRE DO RIO UNA
ADVOGADO : Dr(a). JOSE ANTONIO CORREA DE ARAUJO
RECORRIDO : JOSE INACIO VICENTE
ADVOGADO : Dr(a). MARIA DO R DE F VAZ RODRIGUES

PROCESSO : RR - 046556 / 92 - 1 . TRT DA 6a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A - BEMGE
ADVOGADO : Dr(a). NELSON MIRANDA RAMOS
RECORRIDO : MARCOS VINICIUS SOUTO
ADVOGADO : Dr(a). ILMAR DE OLIVEIRA CALDAS

PROCESSO : RR - 046572 / 92 - 8 . TRT DA 6a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : EMPRESA AGRICOLA PIRANGI LTDA
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO IVAN DA SILVA JUNIOR
RECORRIDO : SEVERINO BALBINO DA SILVA
ADVOGADO : Dr(a). MARCELO BARBOSA

PROCESSO : RR - 046588 / 92 - 5 . TRT DA 4a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA BINS LTDA
ADVOGADO : Dr(a). EDSON MORAIS GARCEZ
RECORRIDO : CLAUDIO DE LIMA AGUIRRO
ADVOGADO : Dr(a). JOAO CARLOS T. ALFLEM

PROCESSO : RR - 046610 / 92 - 9 . TRT DA 15a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO : Dr(a). JOSE CARMELO DA SILVA FILHO
RECORRIDO : SIND DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE
BARRETOS
ADVOGADO : Dr(a). JOSE ANTONIO R. DA SILVA

PROCESSO : RR - 046630 / 92 - 6 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : FABIO NASCIMENTO PESSOA
ADVOGADO : Dr(a). ULISSES RIEDEL DE RESENDE
RECORRIDO : CIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS E OUTRA
ADVOGADO : Dr(a). PAULO ROBERTO COUTO

PROCESSO : RR - 046645 / 92 - 5 . TRT DA 9a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : JOSE ODAIR GARRIDO BATISTA
ADVOGADO : Dr(a). MARIA LUCIA ZANZARINI
RECORRIDO : BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S/A
ADVOGADO : Dr(a). LINEU MIGUEL GOMES

PROCESSO : RR - 046662 / 92 - 0 . TRT DA 9a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : WALTER VERISSIMO DA SILVA
ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : Dr(a). JOSE MAURY MONTEIRO FILHO

PROCESSO : RR - 046678 / 92 - 7 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : SOCIEDADE BRASILEIRA DE RECUPERACAO DE METAIS -
SOBREMETAL LTDA
ADVOGADO : Dr(a). MESSIAS PEREIRA DONATO
RECORRIDO : SIND DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS SIDERURGICAS,
METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO, DOS
ENGENHEIROS E DESENHISTAS DE IPATINGA, MESQUITA E BELO
HORIZONTE
ADVOGADO : Dr(a). LUIZ FERNANDO COSTA

PROCESSO : RR - 046697 / 92 - 6 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : CIA ACUCAREIRA RIOBRANQUENSE
ADVOGADO : Dr(a). MAURO THIBAU DA SILVA ALMEIDA
RECORRIDO : LUCIA HELENA DE SOUZA PEREIRA
ADVOGADO : Dr(a). ALOISIO MENDONCA CONDE

PROCESSO : RR - 046713 / 92 - 6 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : SERVITA - SERVICOS E EMPREITADAS RURAIS S/C - LTDA E
OUTRAS
ADVOGADO : Dr(a). EDUARDO ANTONIO VIEIRA AVER
RECORRIDO : ISRAEL VIEIRA
ADVOGADO : Dr(a). MURILO DE PADUA ANDRADE

PROCESSO : RR - 046734 / 92 - 0 . TRT DA 10a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI - DEPARTAMENTO
NACIONAL
ADVOGADO : Dr(a). ALDOVRANDO TELES TORRES
RECORRIDO : ANTERO BATISTA DE CASTRO
ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO CARLOS M OTANHO

PROCESSO : RR - 046759 / 92 - 3 . TRT DA 2a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
ADVOGADO : Dr(a). CELIA MARIA SOARES
RECORRIDO : NIVALDA SANTOS RIBEIRO
ADVOGADO : Dr(a). MARIA LUIZA DE PAULA

PROCESSO : RR - 046776 / 92 - 7 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : FUNDACAO CULTURAL DE BELO HORIZONTE
ADVOGADO : Dr(a). GERALDO AFONSO SANTANNA
RECORRIDO : JEZIEL GRAYSON SILVA DE SOUZA
ADVOGADO : Dr(a). GLAUCIO EDUARDO SOARES XAVIER

PROCESSO : RR - 046960 / 92 - 1 . TRT DA 3a. REGIÃO
RELATOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO : Dr(a). GERALDO HENRIQUES C. SOARES
RECORRIDO : STELA MARIA PREISSER FIGUEIREDO BATISTA E OUTRA
ADVOGADO : Dr(a). LASARO CANDIDO DA CUNHA

Brasilia, 23 de Abril de 1992
MARCIO ANTERO DE CARVALHO
Diretor da Secretaria

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE EXPEDIENTE REGISTRO E CONTROLE
HABEAS CORPUS NR 32.837-8/RJ
Paciente : HILDEMARIO BATISTA DE AMORIM, Cb. Mar., preso, cum
prindo pena imposta pelo Conselho Permanente de
Justiça da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, ale-
gando estar sofrendo constrangimento ilegal por
parte do mencionado Juízo, pede liminarmente a con-
cessão da ordem para que lhe seja permitido o di-
reito de apelar em liberdade.
Impetrante: Dra. Adelcy Maria Rocha Simões Correa.
D E S P A C H O
"A teor das informações prestadas pela autoridade
indigitada coatora (fls. 21/40), verifico que o pedido de outorga cau-
telar desatende a essencial requisito, qual seja a demonstração ple-
na do fumus boni juris que ensejaria o seu provimento.
Anoto, ademais, que o fundamento do pleito de medi-
da liminar está umbilicalmente vinculado ao mérito da questio que,
sem delonga, merecerá deliberação do Plenário da Corte.

nar. Por tais razões, INDEFIRO a postulada medida limi-

À PGJM.
Providencie a DIJUR
P.R.C."

Brasília, 22 de abril de 1992

MINISTRO PAULO CESAR CATALDO
Relator

SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE DECISÕES E EMENTAS

APELAÇÃO

46.359-3 - CE - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Rel. p/ o Ac. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Seixas Telles. Aptes.: O MPM junto à Aud. da 10ª CJM e KLEBER SALES DE LIMA, 3º Sgt. Ex. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 10ª CJM, de 14.03.91, que condenou o Apelante a 01 ano, 04 meses e 24 dias de reclusão, como incurso nos arts. 298 e 223, ambos c/c os arts. 48, parágrafo único e 79, tudo do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Adv. Drs. Antonio Jurandy Porto Rosa e Carlos Henrique da Rocha Cruz.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal negou provimento ao apelo do MPM e deu provimento parcial ao recurso da Defesa para, absolver o apelante-apelado do delito previsto no art. 223 do CPM e, mantendo a condenação pelo art. 298 c/c o parágrafo único do art. 48 do citado de creto-lei, reduzindo a pena a 08 meses de reclusão, convertida em prisão, com o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. (Sessão de 29.08.91).

EMENTA: DESACATO A SUPERIOR. SEMI-IMPUTABILIDADE. SURSIS. Materialidade incontroversa. Pretendida exculpação à vista de comprovada diminuição da imputabilidade que alegadamente teria comprometido o elemento subjetivo e desfigurado a construção típica. Afirmação dos ex pertos em desabono da tese, mormente em resposta a quesito formulado pela Defesa. Porção diminuta da responsabilidade penal a inspirar, tão-só, aplicação da minorante facultativa. SURSIS. Ainda que o CPPM vede a concessão do benefício a Agente de Desacato (art. 617, II, "a"), tal veto não consta do elenco exaustivo do CPM (art. 88, II, "a"). Colidentes os diplomas no particular, dá-se prevalência ao substantivo - inclusive porque mais benéfica ao Réu. Apelo parcialmente provido para redução da pena e concessão do SURSIS. Decisão majoritária.

46.420-6 - RS - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: EVERSON LUIS MARTINS, Sd.Ex., condenado a 04 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 189, § 1º, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, de 24.05.91. Adva. Dra. Benedita Marina da Silva. **DECISÃO:** POR UNANIMIDADE, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pela Defesa, para declarar nulo o processo, ab initio, sem renovação, concedendo HC, de ofício, para trancar a ação penal e determinando o envio de cópia do Acórdão e das peças de fls. 47/48 e 83/84 à d. PGJM. (Sessão de 17.12.91).

EMENTA: DESERÇÃO. Processo eivado de irregularidades, o que, sem sombra de dúvida, autoriza o acolhimento da preliminar de nulidade suscitada pela diligente Defesa, concedendo-se, ainda, Habeas Corpus de Ofício, para o trancamento da ação penal. Por outro lado, nos autos são encontrados fortes indícios da existência de outro crime militar, motivando, com fulcro no art. 442 do CPPM, a remessa de cópias deste acórdão e de peças do Processo à d. PGJM, para as providências legais. Decisão unânime quanto ao acolhimento da Preliminar e a concessão de Habeas Corpus de Ofício; e, por maioria, quanto a remessa de peças à d. PGJM.

46.494-0 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: MOZART RODRIGUES ARAÚJO NETO, Sd.Ex., condenado a 04 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 42º Btl. de Infantaria Motorizado, de 15.08.91. Adva. Dra. Elizabeth Diniz Martins Souto. **DECISÃO:** POR MAIORIA, o Tribunal deu provimento ao apelo para, absolver o recorrente. (Sessão de 10.12.91). **EMENTA:** DESERÇÃO. Estado de necessidade como excludente de culpabilidade, inteiramente comprovado nos autos, ensejando, assim, a reforma da Sentença recorrida. Apelo defensivo, provido. Decisão majoritária.

46.497-4 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig do Ar Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: JORGE LUIZ FERREIRA DOMINGUES, Marinheiro, condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187, do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. Mar. da 1ª CJM, de 13.08.91. Adva. Dra. Tania Sardinha Nascimento. **DECISÃO:** POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo, determinando o encaminhamento de peças dos autos à d. PGJM. (Sessão de 26.11.91).

EMENTA: O pedido de absolvição do Apelante não merece prosperar, eis que o compromisso com a Marinha não estava encerrado. O exame de saúde não pode ser realizado porque o suplicante desertou no período em que seria inspecionado, o que o torna o único responsável pela demora no procedimento de baixa. Recorrente maior, primário, de mau comportamento, o que, ante a orientação jurisprudencial desta Corte, conduz a fixação da pena-base em 08 meses de detenção. A pena final, in casu, tecnicamente perfeita, seria de 08 meses de detenção. Silêncio do MPM. Princípio do "tantum devolutum quantum appellatum". A pena imposta em primeiro grau é mais favorável ao réu. Por unanimidade, o Tribunal negou provimento ao apelo da defesa para manter o quantum final da sentença a quo.

46.512-0 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig do Ar George Belham da Motta. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: CARLOS ALBERTO DALTRÓ DOS SANTOS, Sd. Ex., condenado a 06 anos de reclusão, incurso no art. 209, §§ 1º e 2º c/c os arts. 79 e 81, parágrafo único, tudo do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 1ª Aud. Ex. da 1ª CJM, de 13.08.91. Adv. Dras. Clarice do Nascimento Costa e Eleonora Salles de Campos Borges.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento ao recurso para condenar o apelante, a 02 meses e 10 dias de detenção, concedendo, o benefício do sursis pelo prazo de 02 anos. (Sessão de 06.12.91).

EMENTA: LESÃO CORPORAL - Sentença condenatória impondo reprimenda por lesão corporal dolosa qualificada. Disparo acidental de arma de fogo. Comprovado que o Apelante agiu com imprudência ao manusear a arma sem as cautelas e cuidados devidos, produzindo resultado que embora previsível, não era desejado. Configurada a culpa consciente, tipificando o delito de lesão corporal na modalidade culposa, agravado pela multiplicidade de vítimas. Condições subjetivas do Apelante e circunstâncias em que se deu o delito norteando imposição de pena mínima e concessão do sursis. Por unanimidade, provido o recurso da Defesa para condenar o Apelante, por maioria, a 02 meses e 10 dias de detenção, como incurso, por desclassificação, no art. 210, § 2º, do CPM. Concedido, por unanimidade, o benefício do sursis, pelo prazo de 02 anos, nas condições estabelecidas no Acórdão.

46.524-5 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: ANDRÉ BATISTA DE LIRA, Sd.Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 189, inciso I, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 2º Regimento de Cavalaria de Guardas, de 03.09.91. Adva. Dra. Lúcia Maria Lobo.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal deu provimento parcial ao apelo para, reduzir a pena a 04 meses e 20 dias de prisão. (Sessão de 05.12.91).

EMENTA: DESERÇÃO. Preliminares de nulidade suscitadas pela Defesa, à unanimidade rejeitadas por carecerem de amparo legal. No mérito, crime formal e de mera conduta fartamente comprovado. Pena aplicada com rigor, em desacordo com precedentes desta Corte. Apelo parcialmente provido. Decisão majoritária.

46.528-6 - RS - Rel. Min. Ten. Brig do Ar George Belham da Motta. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: CLÁUDIO GARCIA WOLFF, Sd. Aer., condenado a 07 anos de reclusão, incurso no art. 205, § 2º, inciso IV, c/c o art. 30, inciso II e parágrafo único, tudo do CPM, com a pena acessória de exclusão das Forças Armadas. Apda.: A Sentença do CPJ da 3ª Aud. da 3ª CJM, de 26.08.91. Adv. Dr. Diego Daniel Saldanha de Vargas.

DECISÃO: O Tribunal deu provimento parcial ao recurso da Defesa para, reduzir a pena a 04 anos de reclusão, estabelecendo o regime prisional semi-aberto para o cumprimento inicial da pena. (Sessão de 16.12.91).

EMENTA: HOMICÍDIO QUALIFICADO - TENTATIVA. Sentença condenatória impondo reprimenda de 07 anos de reclusão. Recurso da Defesa pugnando pela desclassificação para desistência voluntária, com penação correspondente à lesão corporal dolosa, de natureza grave, ou, então, para tentativa de homicídio simples. Alternativamente, postulando im posição de pena mínima com redução pertinente à tentativa, estabelecendo-se, em qualquer que seja a Decisão, o regime semi-aberto. Incidente de insanidade mental instaurado a requerimento da Defesa, inconsistente e desprezado pelas partes diante das demais provas produzidas. Teses defensivas não comprovadas na instrução criminal, tipificando-se a conduta de homicídio qualificado pela surpresa, na forma tentada. Exacerbada reprimenda a merecer acerto. De acordo com o parágrafo único do art. 435, do CPPM, provido, parcialmente, o recurso para, mantida a condenação, reduzir a pena a 04 anos de reclusão, estabelecendo-se o regime prisional semi-aberto para o cumprimento inicial da pena, mantendo-se a pena acessória de exclusão das Forças Armadas.

46.534-2 - PE - Rel. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: O MPM junto à Aud. da 7ª CJM. Apda.: A Decisão do CJ do 16º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 08.08.91, que considerou o Conscrito TARCÍSIO DA SILVA PEREIRA, isento do processo e da inclusão, determinando o arquivamento do feito. Adva. Dra. Ivone Cerqueira de Carvalho.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 11.02.92).

EMENTA: INSUBMISSÃO. Preliminar de incompetência do Juízo suscitada pela Defesa em Contra-Razões, rejeitada, visto que em Direito Processual Penal não é admissível o princípio da retroatividade da lei mais favorável ao Réu. Quanto ao apelo do RMPM, manteve-se a Decisão recorrida com espeque na Súmula nº 6 desta Casa e no art. 57 do Regulamento da Lei do Serviço Militar. Decisão unânime.

46.554-7 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: PAULO GEOVANE PEREIRA DE ARAÚJO, Sd. Ex., condenado a 03 meses de prisão, incurso no art. 187 c/c os arts. 72, inciso I e 189, inciso I, tudo do CPM. Apda.: A Sentença do CJ do 43º Btl. de Infantaria Motorizado, de 11.09.91. Adv. Drs. Alexandre Lobão Rocha e Elizabeth Diniz Martins Souto.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo alterando-se, porém a fundamentação da Sentença por os arts. 187 do CPM c/c os arts. 189, I, primeira parte, 59 e 67, do mesmo diploma legal. (Sessão de 05.03.92).

EMENTA: DESERÇÃO. Crime de mera conduta. Alegações de ordem familiar incomprovadas. Inocorrência do Estado de Necessidade alegado. Do simetria da pena em desacordo com a orientação jurisprudencial do STM. Alterada a fundamentação da Sentença. Recurso improvido. Decisão unânime.

46.562-8 - MG - Rel. Min. Alte. Esq. José do Cabo Teixeira de Carvalho. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Apte.: O MPM junto à Aud. da 4ª CJM. Apda.: A Sentença do CJ do 4º Btl. de Infantaria Blindado, de 28.08.91, que absolveu o Sd. Ex. FABRÍCIO SEDLMAYER CATTA PRETA, do crime previsto no art. 183 do CPM. Adva. Dra. Ângela Maria Amaral da Silva.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pelo MP, para anular o feito, *ab initio*, sem renovação. (Sessão de 20.02.92).

EMENTA: INSUBMISSÃO. Art. 183 do CPM. Configurada a incompetência absoluta do CJU da 2ª RM em São Paulo para o julgamento de insubmissão selecionado para matrícula em Minas Gerais, local onde deveria ter se apresentado para incorporação. Equívoco da Unidade Militar, para o qual não contribuiu o Apelante. Preliminar arguida pelo MP acolhida por unanimidade. Anulação do feito sem renovação com fulcro no art. 500, inciso I, c/c o art. 504, parágrafo único, ambos do CPPM.

46.570-7 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: THIASSILO POLANO DE ALMEIDA, Sd. Aer., condenado a 04 meses de prisão, incurso no art. 290 c/c o art. 48, parágrafo único, ambos do CPM, com a aplicação analógica do art. 26, parágrafo único, do Código Penal Comum, e com o direito de apelar em liberdade e o benefício do *sursis* pelo prazo de 02 anos. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. Aer. da 1ª CJM, de 17.10.91. Adv. Dra. Lourdes Maria Celso do Valle.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 25.02.92).

EMENTA: POSSE DE ENTORPECENTE - Cocaína - Acusado preso com cinco papolotes da substância em lugar sujeito à Administração Militar. Incompetência do art. 290, do CPM. Preliminar de incompetência da Justiça Militar rejeitada. No mérito, mantida a condenação. Decisão unânime.

46.579-2 - RS - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: MÁRCIO EDUARDO RAMOS BARBOSA, Sd. Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c os arts. 72, inciso I e 189, inciso II, tudo do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. da 3ª CJM, de 07.11.91. Adv. Dra. Zeni Alves Arndt.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 17.03.92).

EMENTA: DESERÇÃO ocorrida em unidade estacionada em fronteira. Crime de mera conduta. Inocorrência do Estado de Necessidade alegado. Alegações de problemas familiares desacompanhadas de prova. Recurso improvido. Decisão uniforme.

46.583-0 - RJ - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: SÉRGIO CUSTÓDIO, Sd. Ex., condenado a 06 meses de detenção, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 3ª Aud. Ex. da 1ª CJM, de 07.11.91. Adv. Dra. Ana Maria David Cortez.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal não conheceu do apelo, por intempestivo. (Sessão de 17.03.92).

EMENTA: DESERÇÃO. Recurso interposto após o prazo do quinquídio legal (art. 529 do CPPM). Não conhecimento do Apelo, dada a sua extemporaneidade. Preliminar acolhida. Decisão unânime.

46.584-9 - PR - Rel. Min. Ten. Brig do Ar. Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: CLÓVIS FARIAS DE OLIVEIRA, Cb. Mar., condenado a 07 meses de prisão, incurso no art. 188, inciso I, c/c o art. 187, ambos do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 5ª CJM, de 12.11.91. Adv. Dr. Edgar Leite dos Santos.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 12.03.92).

EMENTA: DESERÇÃO NA MARINHA. ARGUIÇÃO DE PRELIMINAR. REJEIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA RECORRIDA. 1. Não merece acolhida preliminar de nulidade suscitada sem o devido amparo legal. 2. Restando caracterizado, provado e confessado o crime de deserção, não há que se falar em absolvição do acusado. Rejeitada a preliminar suscitada pela Defesa e, no mérito, negado provimento ao apelo. Decisão unânime.

46.587-3 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. José do Cabo Teixeira de Carvalho. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: SINDROJÔNIO HENRIQUE DE OLIVEIRA, Sd. Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 11ª CJM, de 22.11.91. Adv. Dra. Elizabeth Diniz Martins Souto.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 05.03.92).

EMENTA: DESERÇÃO. Art. 187 do CPM. Militar ausente de sua Unidade sem permissão por período superior a 08 dias. Justificativas de ordem particular não acolhidas em razão da Súmula nº 03 do STM. Manutenção da decisão recorrida. Unânime.

46.588-1 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. Raphael de Azevedo Branco. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: PAULO SÉRGIO CARDOSO, Sd. Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 11ª CJM, de 26.11.91. Adv. Dra. Elizabeth Diniz Martins Souto.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 12.03.92).

EMENTA: CRIME DE DESERÇÃO - Indemonstrado o alegado estado de necessidade, repõe-se a pretensão reformatória do *decisum* hostilizado, para mantê-lo. Decisão uniforme.

46.589-0 - RS - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Rev. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Apte.: CLÊNIO PEREIRA DOS SANTOS, Sd. Ex., condenado a 04 (quatro) meses de prisão, incurso no art. 187 c/c o art. 189, inciso I, ambos do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. da 3ª CJM, de 21.11.91. Adv. Dra. Zeni Alves Arndt.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 25.02.92).

EMENTA: DESERÇÃO - I - Delito formal, instantâneo e de mera conduta, que resulta provado em todos os seus contornos. II - Alegações recursais que se mostram incapazes de suscitar a pretendida reforma. III - Apelo improvido por decisão unânime.

46.593-8 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. Raphael de Azevedo Branco. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: ALMIR ROGÉRIO DA SILVA, Sd. Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 137,

c/c o art. 72, inciso I, do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 11ª CJM, de 22.11.91. Adv. Dra. Elizabeth Diniz Martins Souto.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deu parcial provimento ao recurso, reduzindo a pena-base a 06 meses de prisão. (Sessão de 17.03.92). **EMENTA:** CRIME DE DESERÇÃO - Ausentes, *in casu*, causas capazes de obstar a condenação. Condenação mantida. Pena-base, entretanto, fixada acima do mínimo legal, desprovida de fundamentação. Provimento parcial do apelo defensivo, fixando-se a reprimenda imposta basicamente no mínimo legal. Decisão unânime.

46.597-0 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: FLORIANO ALMEIDA DA SILVA, Cb. Mar., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187, do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. Mar da 1ª CJM, de 04.12.91. Adv. Dra. Eliane Ottoni de Luna Freire.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 12.03.92).

EMENTA: DESERÇÃO - Delito de mera conduta, que restou plenamente configurado *in casu*. Inocorrência do Estado de Necessidade invocado. Alegações de ordem particular e familiar desacompanhadas de prova. Recurso improvido. Decisão unânime.

CORREIÇÃO PARCIAL

1.401-5 - RS - Rel. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Repte.: O MP, junto à 3ª Aud. da 3ª CJM. Reqda.: A Decisão do CPJ da 3ª Aud da 3ª CJM, de 26.11.91, que permitiu a intervenção do Defensor e Curador do Sd. Ex. JOSÉ AILTON BRAZ DA SILVA, no sentido de que interrogasse diretamente o acusado em descumprimento a norma prevista no art. 303 do CPPM. Adv. Dr. Walter Jobim Neto.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deferiu a Correção Parcial. (Sessão de 13.02.92).

EMENTA: CORREIÇÃO PARCIAL. A lei processual castrense não permite a intervenção das partes no interrogatório dos denunciados. A ocorrência dessa indevida intervenção, por qualquer das partes, configura um ato tumultuário. Correção Parcial deferida, por unanimidade.

EMBARGOS

45.874-7 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig do Ar. Jorge José de Carvalho. Rev. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Embgtes.: ANDRÉ LUIZ LORATO, ADIR BANDEIRA GARCIA, MOISÉS FRANCISCO DO MONTE, CARLOS AUGUSTO BARRETO, ROBSON GOMES DE MELO e JOZIBIAS DA MATA PIMENTEL, Cbs. Fuzileiros Navais. Embgdo.: O Acórdão do STM, de 23.05.91. Adv. Dra. Tania Sardinha Nascimento.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal rejeitou os Embargos. (Sessão de 05.12.91).

EMENTA: - EMBARGOS - O denunciado responde pelo que se acha descrito na denúncia. Consta do libelo acusatório do MP o uso de documento falso pelos militares. Nenhuma prova nova foi trazida pela defesa. Por unanimidade, o Tribunal rejeitou os Embargos, mantendo o R. e V. Acórdão atacado.

46.069-5 - DF - Rel. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Rev. e Rel. p/o Ac. Min. Gen. Ex. Everaldo de Oliveira Reis. Embgte.: IMANOEL LOPES DE ALMEIDA, Sd. PM/DF. Embgdo.: O Ac. do STM, de 22.11.90. Adv. Dr. Nilson Bernardes Curado.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal rejeitou os Embargos, mantendo-se o r. Acórdão hostilizado. (Sessão de 12.11.91).

EMENTA: EMBARGOS. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS E DESAPARECIMENTO DE ARMA MENTO. Acórdão hostilizado preciso em todos os seus termos. Argumentos da Defesa incapazes de produzir a reforma pretendida por não trazer qualquer novo elemento, jurídico ou probatório, capaz de motivar qualquer mudança no r. Acórdão embargado. Embargos, por maioria de votos, rejeitados.

46.205-1 - SP - Rel. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Rev. Min. Ten. Brig do Ar. George Belham da Motta. Embgtes.: ROBERTO ALVES DOS SANTOS e RICARDO FAVARO, Sds. Ex. Embgdo.: O Acórdão do STM, de 18.04.91. Adv. Dr. Rinaldo Silva Coelho.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal acolheu os Embargos para, reformando o r. aresto hostilizado, absolver os embargantes. (Sessão de 25.02.92).

EMENTA: EMBARGOS. POSSE E USO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE (Art. 290, do CPM). Se o conjunto probatório suscita dúvida, dada a franca contradição entre a confissão extrajudicial e o restante da prova produzida, a providência que se impõe é a absolvição do réu, até mesmo porque, em tais circunstâncias, deve prevalecer o princípio *in dubio pro reo*. Para ter validade a prova colhida no Inquérito necessária estar acorde com o apurado em Juízo, o que não ocorreu no caso dos presentes embargos, onde a prova ficou circunscrita ao depoimento de uma única testemunha, o Sr. Encarregado do IPM. Acolhidos os embargos para, reformando o r. Aresto hostilizado, absolver os embargantes com fulcro no art. 439, alínea "e", do CPPM. Decisão majoritária.

HABEAS CORPUS

(Publicação para fins do art. 145 do RI/STM)

32.826-2 - PA - Rel. Min. Alte. Esq. Raphael de Azevedo Branco. Pcte.: PAULO ROBERTO DO VALE, Cb. Ex., denunciado perante a Aud. da 8ª CJM, alegando constrangimento ilegal, pede a concessão da ordem para que seja trancada a ação penal. Impte.: Dr. Ariosvaldo de Gois Costa Ho mem.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal conheceu do pedido e, POR MAIORIA, concedeu, em parte, a ordem, para, excluir o Paciente da denúncia, por ser esta inepta na parte referente ao impetrante, ressaltando, porém, a possibilidade de oferecimento de nova denúncia. (Sessão de 05.03.92).

EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME DE INOBSERVÂNCIA DE LEI, REGULAMENTO OU INSTRUÇÃO. O preceito enunciativo contido no art. 324 do CPM é norma penal em branco, cuja complementação se perfaz quando Lei - Regulamento ou instrução proíbam condutas, especificadamente. A inobservância do preceito estatuído no Regulamento Disciplinar não tipi-

fica o crime em comento, porquanto não é o aludido Regulamento - Norma Complementadora e sim autônoma, de natureza administrativo disciplinar. Libelo que incursiona o paciente no art. 324 do CPM - pelo fato de haver deixado o fuzil no cabide existente na entrada do corpo da guarda, apontando como violação o item 24 do Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército. Inépcia da denúncia. Conhecimento da Ordem à unanimidade para, por maioria, concedê-la, parcialmente, a fim de excluir o paciente da exordial.

32.827-0 - SP - Rel. Min. Dr. Aldo Fagundes. Pacte.: AMARILDO CARLOS MATHEUS, Sd. Ex., preso à disposição da 1ª Aud. da 2ª CJM, alegando constrangimento ilegal, pede a concessão da ordem para que se ja posto em liberdade. Impete.: Dr. Mario de Carvalho Vale Filho. DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal denegou a ordem por falta de amparo legal. (Sessão de 05.03.92).

EMENTA: HABEAS CORPUS. A prescrição arguida no pedido, com fundamento no art. 125, inciso V, do CPM, não se opera automaticamente, no crime de deserção. Neste, a extinção da punibilidade está condicionada à conjugação do prazo prescricional com a idade do infrator, conforme dispõe o art. 132 do CPM. Ordem denegada, por falta de amparo legal. Decisão unânime.

MANDADO DE SEGURANÇA

214-6 - RJ - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Impete.: ROSALI CUNHA MACHADO LIMA, Juíza-Auditora Substituta da 1ª Aud. Ex. da 1ª CJM, impetra Mandado de Segurança visando assegurar a retificação da Ata da Sessão Administrativa de 04.02.92, com medida liminar. Adv. Dr. Paulo Goldrajch.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal denegou o mandamus, por inexistência do direito líquido e certo a ser protegido. (Sessão de 19.03.92).

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - Instauração de Processo Administrativo na forma do art. 27, da LOMAN e não para sua finalidade. Voto do Ministro-Presidente do Tribunal em consonância com os arts. 41, VIII, da LOJM; 11, X e 92, II, do RI/STM. Inexistência de Direito Líquido e Certo. Writ denegado. Decisão unânime.

RECURSO CRIMINAL

6.007-9 - RJ - Rel. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Recte.: O MPM junto à 2ª Aud. Aer. da 1ª CJM. Recda. A Decisão do Exmo. Sr. Juiz-Auditor da 2ª Aud. Aer. da 1ª CJM, de 16.10.91, na parte em que rejeitou a Denúncia oferecida contra os Sds. Aer. FRANCISCO BARBOSA DOS SANTOS FILHO e RODNEY RODRIGUES BITTENCOURT, como incursos no art. 235 do CPM.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal deu provimento parcial ao recurso para cassar o despacho recorrido na parte referente aos denunciados Sds. Aer. FRANCISCO BARBOSA DOS SANTOS FILHO e RODNEY RODRIGUES BITTENCOURT, remetendo-se o processo ao MPM. (Sessão de 20.02.92).

EMENTA: DENÚNCIA. Peça vestibular que descreve, em tese, fato típico. Rejeição por falta de requisitos - Art. 78, "a" do CPPM. No caso da peça acusatória não conter os elementos formalísticos, capazes de inviabilizarem a relação jurídico processual, deve o magistrado, antes de rejeitar a exordial, mandar ao MPM para o cumprimento de tais requisitos.

6.017-6 - SP - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar. Cherubim Rosa Filho.

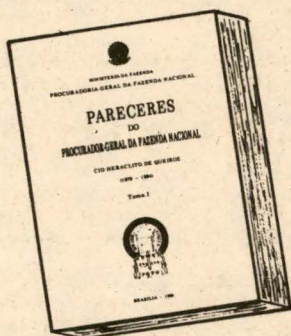
Recte.: O Exmo. Sr. Juiz-Auditor da 2ª Aud. da 2ª CJM, de ofício. Recda.: A Decisão do Exmo. Sr. Juiz-Auditor da 2ª Aud. da 2ª CJM, de 13.01.92, que concedeu reabilitação ao civil OSMAR ÉLCIO DA SILVA JACINTHO. Advs. Drs. José Waldir Martin e Marlon Wander Machado. DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal acolheu a preliminar de incompetência da Justiça Militar suscitada, de ofício, pelo ministro-Relator para desconstituir o despacho recorrido, encaminhando os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. (Sessão de 27.02.92).

EMENTA: REABILITAÇÃO. ASSALTO A BANCO SEM MOTIVAÇÃO POLÍTICA (art. 27 do Decreto-Lei nº 898/69). INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR. PRELIMINAR SUSCITADA, DE OFÍCIO, PELO MINISTRO-RELATOR. ACOHIMENTO. Não compete à Justiça Castrense conhecer de Pedido de Reabilitação, quando se tratar de Reabilitando condenado pela Justiça Militar como incurso no art. 27 do DL 898/69, cuja pena foi adequada à Lei nº 6.620/78 e integralmente cumprida em estabelecimento penal sujeito à administração estadual, jurisdicionado ao Juiz da Execução Comum. POR UNANIMIDADE DE VOTOS, o Tribunal acolheu a preliminar de incompetência suscitada de ofício, pelo Ministro-Relator, para desconstituir o Despacho recorrido e encaminhar os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Brasília, 22 de abril de 1992

VALÉRIA DA SILVA RAMOS
Supervisora III

ANTÔNIO ALVES CRISPIM
Vice-Diretor, no exercício
da Diretoria



PARECERES DO PROCURADOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

(1985 - 1989)

Aquisição: Imprensa Nacional
SIG Quadra 06 lote 800
CEP 70604 - Brasília-DF

Informações: 226-6812

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIA Nº 238, DE 24 DE ABRIL DE 1992

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar a Doutora YEDDA DE LOURDES PEREIRA, Subprocuradora-Geral da República, para, sem prejuízo de suas atuais atribuições, officiar perante o Plenário e a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, bem como exercer a Coordenação das atividades do Ministério Público Federal junto àquele Tribunal, enquanto perdurar o afastamento do Subprocurador-Geral da República, Doutor PAULO ANDRÉ FERNANDO SOLLBERGER.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

10ª Região

SORTEIO N. 13/92 - SEÇÃO PROCESSUAL
LOTE N. 01 COM 16 PROCESSOS
AO PROCURADOR DO JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA

RECURSO ORDINÁRIO

- TRT/RO/2994/91 - JCJ de Rondonópolis/MT (na ação movida por Iracy Francisca dos Anjos contra o Município de Guiratinga/Prefeitura Municipal) X Iracy Francisca dos Anjos
- 3002/91 - 1o) João Bosco Ramos 2o) Fundação Hospitalar do Distrito Federal X Os mesmos
- 3003/91 - Aloisio Soares Orrico X Radiobrás Empresa Brasileira de Comunicação S/A. (02 volumes)
- 3023/91 - Elisa Faria de Sousa Martins Paccinini X União Federal
- 3070/91 - Orlando Cavalcanti de Oliveira X Fundação Hospitalar do Distrito Federal
- 3078/91 - Município de Dourados/Prefeitura Municipal X Elias de Oliveira Machado
- 3084/91 - JCJ de Araguaína/TO (na ação movida por Aristeuilina Raimundo Santos contra o Município de Xambioa/Prefeitura Municipal) X Aristeuilina Raimundo Santos
- 3085/91 - JCJ de Araguaína/TO (na ação movida por Luiza Rodrigues Campos contra o Município de Araguaína/Prefeitura Municipal) X Luiza Rodrigues Campos
- 3086/91 - JCJ de Araguaína/TO (na ação movida por Domingos Alves Pereira contra o Município de Araguaína/Prefeitura Municipal) X Domingos Alves Pereira
- 3087/91 - JCJ de Araguaína/TO (na ação movida por João Alexandre da Conceição contra o Município de Araguaína/Prefeitura Municipal) X João Alexandre da Conceição
- 3088/91 - JCJ de Araguaína/TO (na ação movida por Pedro Alves dos Santos contra o Município de Araguaína/Prefeitura Municipal) X Pedro Alves dos Santos
- 3089/91 - JCJ de Araguaína/TO (na ação movida por Angelo Ramos Ferreira contra o Município de Araguaína/Prefeitura Municipal) X Angelo Ramos Ferreira
- 5009/91 - Nelson Murilo Alves e Banco do Brasil S/A X Os mesmos (02 volumes)

AGRAVO DE PETIÇÃO

- TRT/AP/062/92 - Aglomade Madeiras Ltda X Dioraci Vera Delarmelino
- 063/92 - Futura Interiores e Mobiliário Panorâmico Ltda X Celso Kleber de Souza Correa (03 volumes)

MANDADO DE SEGURANÇA

- TRT/MS/006/92 - Roberto Fonseca da Paiva X Exmo. Juiz Presidente da Comissão do VII concurso público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.